

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: DA VISÃO ECONOMICISTA À VISÃO INTEGRADORA

Bernardete Bregolin Cerutti

Administradora, especialista em Gestão de Recursos Humanos, mestre em Ambiente e Desenvolvimento e doutoranda em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC). Professora da Universidade do Vale do Taquari – Univates. bcerutti@univates.br

Gabriel Machado Braido

Bacharel em Administração, especialista em Finanças & Controladoria, mestre em Administração e doutorando em Administração (Unisinos). É professor assistente da Universidade do Vale do Taquari – Univates. gabrielb@univates.br

Resumo: A sociedade mundial, baseada no modelo industrial de desenvolvimento econômico, está vivendo um momento de crise no qual se evidenciam as interferências das relações entre o homem e o meio ambiente, com impactos que afetam a todos. Acreditando nisso, este artigo busca responder às seguintes questões: (1) Quais as perspectivas de futuro para o meio ambiente e o desenvolvimento? (2) Que práticas cidadãos são necessárias para implementar uma visão integradora de meio ambiente e de desenvolvimento? Para responder essas questões, realizou-se uma pesquisa do tipo exploratória e qualitativa, a partir de levantamento bibliográfico em livros e artigos que apresentassem convergência com o tema pesquisado. Conclui-se que a visão economicista é inerente ao padrão capitalista existente, mas é preciso adotar formas mais eficientes, racionais e responsáveis de produção e consumo.

Palavras-chave: Meio ambiente. Desenvolvimento. Sustentabilidade. Visão economicista e integradora. Ações práticas.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade mundial, baseada no modelo industrial de desenvolvimento econômico, está vivendo um momento de crise. Nela, se evidenciam impactos decorrentes das relações entre o homem e a natureza que afetam todos os seres vivos do planeta. Efeito estufa¹, diminuição da camada de ozônio², alteração nos padrões de chuva, industrialização, crescimento demográfico, urbanização, produtividade e consumo excessivo, problemas na coleta e destinação do lixo, violência, desemprego, pobreza e doenças epidêmicas³ marcam presença nesta sociedade considerada moderna.

Nesse modelo de desenvolvimento, torna-se evidente a dificuldade de perceber, prever e calcular novos riscos. Essa dificuldade está traduzida na teoria da Sociedade de Risco (*Risk Society*), apontada por Ulrich Beck, autor que se destacou entre os teóricos sociais após a publicação da referida teoria na língua alemã, em 1986, e edição em inglês em 1992. A ideia central da sua teoria é que, na modernidade, a produção social de riqueza é acompanhada pela produção social de riscos, ou seja, diante da modernidade industrial, caracterizada pela produção extrema, pelo uso indiscriminado dos recursos naturais e pela má distribuição de bens, o desenvolvimento científico e tecnológico não consegue prever e controlar os riscos que foram criados pela própria ciência e tecnologia, gerando graves consequências para a saúde humana e para o meio ambiente.

Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento científico e tecnológico propicia melhores condições de viver e de produzir, gera quase que proporcionalmente uma série de riscos e ameaças, colocando a população e o meio ambiente em situação de exposição a contaminações e degradações nunca antes observada. A construção de grandes barragens, por exemplo, fornece água e energia, mas desloca pessoas das suas terras e dos seus modos de vida; a modificação genética de plantas proporciona novas condições de aproveitamento da natureza, mas pode causar o surgimento de superpragas resistentes a herbicidas (que antes controlavam a propagação das pragas então existentes).

Nessa perspectiva, o homem, impulsionado pelo progresso industrial e pelos avanços tecnológicos e científicos, passa a viver e se relacionar com a imperceptibilidade (mutação genética), a imprevisibilidade (experiência passada não garante orientação presente), a incalculabilidade (novas tecnologias e seus efeitos), a irreversibilidade (deformidade decorrente de contaminação ambiental) e a incompensabilidade (incapacidade de calcular e valorar efeitos destrutivos produzidos). Trata-se de categorias de risco produzidas pela modernidade industrial e técnico-científica, sem que se saiba quem são os agentes agressores responsáveis, mas somam-se à atual crise socioambiental.

Esse cenário leva a crer que se está diante do fracasso do modelo industrial capitalista. Economia e Ecologia, apesar de descenderem da mesma raiz grega *oikos*, que significa casa, distanciaram-se ao longo do tempo, no entanto, parecem necessitar de reconciliação, na qual estejam presentes valores humanos e ambientais. Frente a essa necessidade, no fim dos anos 60 e início dos anos 70, muitas discussões sobre a preservação da natureza e a adoção de modo de vida sustentável começam a ocorrer.

¹ Resulta da queima de combustíveis fósseis que liberam dióxido de carbono e outros gases que, associados ao desflorestamento, produzem uma espécie de estufa, originando o aquecimento da atmosfera.

² Refere-se ao estrato atmosférico com altura de 30 a 50 quilômetros da superfície da Terra. Sua destruição faria desaparecer a proteção contra as radiações ultravioletas, provocando enfermidades.

³ Entre as doenças epidêmicas estão: a dengue, a tuberculose, a febre amarela e a gripe Influenza A (A1N1).

Ecologistas, biólogos, cientistas, líderes políticos, ativistas de entidades não-governamentais, administradores, economistas, entre outros, passam a admitir a possibilidade de novo modo de vida, conciliando crescimento econômico e desenvolvimento, enquanto o mercado começa a perceber o movimento ambiental como necessidade para a própria manutenção da sociedade.

O crescimento econômico é um fator muito importante para o desenvolvimento, porém não há desenvolvimento se os benefícios do crescimento não proporcionarem melhorias, compreendidas, em seu sentido mais amplo, por qualidade de vida e respeito ao meio ambiente, ou ainda, por novo modo de vida em que sejam consideradas as pessoas e a natureza.

Assim se constitui este estudo, partindo dos pressupostos de que os limites da natureza frente ao crescimento econômico são esgotáveis e de que o homem também é responsável pela crise atual. Como único ser capaz de intervir de forma a preservar o meio em que vive e do qual necessita, ações práticas precisam ser desenvolvidas para contribuir com um modo de vida sustentável.

Desse modo, este artigo, em termos metodológicos, caracteriza-se como pesquisa exploratória e qualitativa, a partir de levantamento bibliográfico em livros e artigos que apresentassem convergência com o tema pesquisado. A partir disso, organizou-se em quatro sessões: além desta introdutória, na segunda seção, são apresentadas a articulação entre meio ambiente, crescimento e desenvolvimento, as concepções de sustentabilidade e a sustentabilidade empresarial. Na terceira sessão, os questionamentos que motivaram o estudo e, finalizando, na quarta seção, as considerações finais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Meio ambiente, crescimento e desenvolvimento: uma articulação necessária

A articulação entre meio ambiente, crescimento e desenvolvimento que o mundo ocidental capitalista instituiu, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, como modelo a ser alcançado por todas as nações do planeta, mostra-se frágil. O desenvolvimento fundado em uma racionalidade tecnocrática e voltada ao crescimento econômico contínuo e ilimitado destrói os próprios fundamentos da vida social.

Os economistas clássicos, no fim do século XVIII, buscaram explicar o crescimento econômico, ou como desejava Adam Smith, o fundador dessa corrente de pensamento, determinar as causas do progresso das nações. Os clássicos acreditaram que o crescimento econômico poderia ser realizado sem dificuldade graças aos novos métodos de regulação da demanda, já que as taxas de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) por habitante forneciam a resposta para todas as questões. (MUELLER, 2007; CASTORIADIS, 1987).

Entretanto, no contexto do crescimento econômico pós-45, a fome seguia como realidade cotidiana para uma grande parte da população do planeta e os países do Terceiro Mundo não apresentavam crescimento econômico. Os países em subdesenvolvimento ou em desenvolvimento deveriam eliminar os obstáculos ao desenvolvimento, considerados meramente econômicos, e a partir daí, o próprio crescimento se incumbiria do desenvolvimento.

Essa ideologia de desenvolvimento também se incorporou aos modelos dinâmicos neoclássicos, influenciados por contribuições de von Neuman (importante matemático do século XX), as quais visualizavam a economia funcionando de forma independente do meio ambiente. (MUELLER, 2007). Até fins da década de 60, esse era o pensamento, mas logo

recebeu críticas de pensadores e políticos heterodoxos, que apontaram que esse sistema distribuía resultados desiguais, preocupando-se apenas com o crescimento econômico, acarretando consequências humanas e sociais.

As críticas se expandiram para os movimentos estudantis e, também, para o comportamento de certos indivíduos, que decidiram buscar novas formas de vida comunitária. Iniciava, com insistência crescente, o questionamento do “preço” que os seres humanos e as coletividades tinham de “pagar” pelo crescimento econômico, pela acumulação de capital, pela geração de riqueza. (CASTORIADIS, 1987). A economia convencional escondia a relação entre a lógica estrutural desse sistema e o meio ambiente natural, ou seja, os impactos negativos sobre o meio ambiente e o risco do esgotamento de recursos naturais essenciais à expansão da economia mundial.

Nesse sentido, Leff (2001) comenta sobre o livro “Primavera silenciosa”, da bióloga norte-americana Rachel Carson, de 1962, que denunciou com evidências empíricas o uso de agrotóxicos na dita “revolução verde”, gerando polêmicas e contestações, mas conquistando admiradores junto à opinião pública.

A questão ambiental emerge, assim, a partir da consciência de denúncias catastróficas, uma vez que se começava a vislumbrar que o acúmulo e a destruição da diversidade biológica poderiam escapar de controle. Entretanto, Castoriadis (1987) afirma que na década de 60 os economistas absorveram a questão ambiental meramente sob o ponto de vista de como afetava os custos e os rendimentos, jamais como forma conjunta e inseparável de construção de um novo modo de vida. (CANCLINI, 1996).

A consciência ambiental expande-se em meados dos anos 60 e, especialmente, nos anos 70, depois de vários eventos, que são descritos a seguir.

2.2 Concepções de desenvolvimento sustentável

Diante do agravamento dos problemas ambientais e dos limites para o crescimento econômico contínuo, tornou-se clara a necessidade de maior consciência ambiental, logo de se avançar nas discussões de questões sobre a natureza e sobre a validade do crescimento e da industrialização.

Por longo tempo, a discussão sobre desenvolvimento sustentável gerou, associada ao nível de crescimento da riqueza, uma visão economicista e administrativa da exploração dos recursos naturais, a qual, na atualidade, perdeu destaque. Economistas como Lewis, Hirschman, Myrdal e Nurkse admitem que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. (SOUZA, 1999).

Os anos 60 assinalam o início da politização do debate acerca não somente do modo de produção, mas, fundamentalmente, do modo de vida. Os debates ganharam tanta intensidade que, em meados de 1960, profissionais de diferentes áreas de formação e países se reuniram, em Roma, para uma análise que constatou que a sustentabilidade do planeta estava abalada, pois a demanda por matérias-primas e os elevados níveis de consumo dos recursos naturais estariam incompatíveis com a capacidade de reposição da natureza e de absorção dos resíduos dessa produção pelo planeta.

Esse grupo de profissionais ficou conhecido como “Clube de Roma”, e era formado por chefes de estado, economistas, ambientalistas, pedagogos, humanistas, industriais, banqueiros, líderes políticos, cientistas, entre outros, que se reuniam para analisar a situação mundial e disponibilizar diagnósticos e alternativas para o futuro da humanidade.

O primeiro diagnóstico do Clube de Roma, em 1968, concluiu que o mundo teria que

diminuir a produção, de forma que os recursos naturais fossem menos comprometidos e que houvesse uma redução gradual dos resíduos, especialmente do lixo industrial. Essa sugestão não foi aceita, na época, pois era preciso modificar o modelo de crescimento que o mundo havia adotado. O Clube de Roma continuou produzindo estudos, entre eles, o de grande impacto, denominado “Limites do Crescimento”, publicado em 1972, por Dennis L. Meadows e os demais membros do Clube, afirmando que os limites do crescimento no planeta seriam alcançados em um século e que, para haver estabilidade econômica e ecológica, era preciso congelar o crescimento populacional e o capital industrial. (CAVALCANTI, 1995).

Essa tese foi criticada por intelectuais dos países do Sul e por Robert M. Solow⁴, ganhador do prêmio Nobel em Economia. Entretanto, a publicação do Clube de Roma culminou, no mesmo ano, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que congregou mais de 110 países, entre eles, o Brasil. O evento ficou popularmente conhecido como a “Conferência de Estocolmo” (1972) e possibilitou a primeira grande discussão internacional sobre o meio ambiente. (CAVALCANTI, 1995).

Até então, a noção do desenvolvimento sustentável não tinha surgido, pois os movimentos estavam focados na preservação do ambiente. (ALMEIDA, 2002). Foram os debates em torno do ecodesenvolvimento⁵, surgidos em 1973, que abriram espaço para pensar sobre o critério de sustentabilidade, quando questionado sobre como conciliar crescimento econômico e preservação do meio ambiente. (CAVALCANTI, 1995; SATO, 1996; ALMEIDA, 2002).

A Declaração de Cocoyok, em 1974, e o Relatório Dag-Hammar skjöld, em 1975, também fazem reflexões, destacando a interligação entre explosão populacional, pobreza, consumo exagerado dos países industrializados e abuso do poder à degradação ecológica. Embora esses dois relatórios não tenham sido expressivamente aceitos, provavelmente por suas posições radicais, motivaram a criação, em 1983, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Essa Comissão ficou conhecida como “Comissão Brundtland”, em homenagem à primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland. (PANAYOTOU, 1994)⁶.

A Comissão Brundtland teve o mérito de induzir uma reflexão mais profunda sobre as causas dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global, evidenciando a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política. Nos encontros preparatórios para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que aconteceria no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992, a Comissão apresentou o relatório intitulado “Nosso Futuro

⁴ Economista norte-americano de pensamento neoclássico, foi laureado em 1987 com o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel. Criou um modelo matemático que demonstrava como vários fatores interagem, contribuindo para gerar o crescimento econômico sustentado num país. Demonstrou, pela primeira vez, que avanços no ritmo de progresso tecnológico contribuem mais para o crescimento econômico do que o aumento dos capitais ou da força de trabalho.

⁵ Foi o canadense Maurice Strong, em 1973, quem usou pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativa de política do desenvolvimento, e Ignacy Sachs utilizou este conceito para desenvolvimento de suas teorias, propondo seis aspectos que deveriam guiar os caminhos do ecodesenvolvimento: “[...] a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas e f) programas de educação”. (CAVALCANTI, 1995, p. 31).

⁶ Gro Harlem Brundtland era membro da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e criou um neologismo, *sustained development*, ou seja, desenvolvimento sustentável, para se referir às opções de desenvolvimento das futuras gerações. (PANAYOTOU, 1994).

Comum”, publicado em 1987.

O relatório destaca a necessidade de uma nova postura ética, por meio da responsabilidade das gerações atuais, para com as gerações futuras, quanto ao crescimento da população e do uso de energias; a garantias de alimentação das populações ao longo do tempo; à preservação da biodiversidade; ao desenvolvimento de tecnologias limpas para a produção; à limitação das concentrações urbanas e às necessidades básicas do homem atendidas. (BRÜSEKE, 1995; BARBIERI, 1997).

No documento, o desenvolvimento sustentável é definido como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 9). A partir desse conceito, vários entendimentos sobre sustentabilidade são defendidos, embora nenhum desqualifique as correntes de pensamento surgidas anteriormente. Pelo contrário, ajudam a enriquecer o debate e trazem à tona problemas políticos, éticos, ecológicos e culturais.

Nessa perspectiva, Mawhinney (2002, p. 12-13) traz à discussão mais concepções para o termo desenvolvimento sustentável (ou *sustainable development*), atribuídas por diferentes instituições internacionais e pensadores⁷, questionando a ideia de um único entendimento: “Desenvolvimento sustentável significa a melhoria da qualidade de vida com o respeito aos limites da capacidade dos ecossistemas”; “O desenvolvimento sustentável proporciona serviços básicos de ordem ambiental, social e econômica a todos os residentes da comunidade sem ameaçar a viabilidade dos sistemas naturais, construídos e sociais dos quais estes serviços dependem”; “Desenvolvimento sustentável é a redução dos níveis atuais de consumo de energia e de recursos e a redução da produção de lixo para que não haja dano aos sistemas naturais, cujos recursos, capacidade de absorção do lixo e de proporcionar condições de vida seguras e saudáveis serão fundamentais para as futuras gerações”; “O desenvolvimento sustentável envolve a criação de programas nos países em desenvolvimento que contribuam diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população mais carente”; e “Desenvolvimento sustentável é a necessidade do ser humano de viver em condições de igualdade com os recursos naturais”.

A partir do exposto, constata-se a existência de várias concepções para desenvolvimento sustentável, porém, são similares quanto ao atendimento de necessidades. Algumas enfatizam mais a necessidade de limitar o desenvolvimento ao que seja estritamente necessário, evitando problemas no futuro; outras enfatizam uma abordagem mais equilibrada, que abrange aspectos econômicos, ambientais e sociais.

Neste artigo, chamamos a atenção que, apesar das diversas concepções de desenvolvimento sustentável aceitas, a consideração sobre a viabilidade de praticar aquilo que é discutido como possível na teoria perpassa muitos enfoques. Uma observação mais atenta, entretanto, ressalta que, para que haja ação prática, é preciso articulação entre meio ambiente, relações sociais e subjetividade humana. (VECCHIATTI, 2004).

2.3 Sustentabilidade empresarial: um olhar sobre a parcela de responsabilidade das empresas

Diante das diversas concepções de desenvolvimento sustentável mencionadas acima, e

⁷ As instituições internacionais são: World Wildlife Fund; International Council for Local Environmental Initiatives; Local Government Management Board, UK; Novartis Foundation for Sustainable Development; e os pensadores: Wackernal e Rees, 1996.

da complexidade de sua articulação, ainda cabe refletir sobre a parcela de responsabilidade das empresas, que vai (ou deveria ir) além da visão economicista de produzir bens e serviços, obter lucro e gerar empregos.

A excelência empresarial está diretamente vinculada à gestão sustentável dos seus recursos, ou seja, as diretrizes e estratégias de negócios sustentáveis estão, comumente, alicerçadas nessas dimensões, ancoradas no tripé “ambiental, econômico e social”, aceito e formalizado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro. (LOUETTE et al., 2007). Na dimensão ambiental, destaca-se a utilização dos recursos de forma a reduzir os impactos da ação das indústrias, utilizando, de forma sustentável, os recursos naturais. Na perspectiva econômica, há a manutenção da lucratividade da empresa e o não comprometimento de seu desempenho econômico. E, na dimensão social, a compreensão e o objetivo de desenvolvimento de um mundo melhor, mais justo, por meio das relações com todos os *stakeholders*. (CAVALCANTI, 2004).

O princípio de desenvolvimento sustentável vem sendo considerado fator essencial para a competitividade das empresas, que não pode ser equacionado por meio de uma única ação. Nesse sentido, a criação de valor sustentável, segundo Hart e Milstein (2004), requer das empresas a redução de níveis de consumo de matéria-prima e de poluição, operação com níveis mais amplos de transparência e responsabilidade, desenvolvimento de novas tecnologias com potencial de reduzir as pegadas do homem no planeta e o atendimento das necessidades da população localizada no extremo inferior da pirâmide de renda do mundo, facilitando a criação e a distribuição de renda inclusiva.

Teoricamente, as três dimensões podem ser atendidas simultaneamente, entretanto, em uma gestão tradicional, o desenvolvimento das estratégias foca a expansão de atividades para gerar lucro e reduzir despesas, enquanto o sucesso econômico dos negócios, de acordo com Louette (2007) e Stead e Stead (2000), dependente da melhoria da qualidade de vida das pessoas e dos territórios que são mercados potenciais para a expansão desses negócios.

Nesse contexto, Cavalcanti (2004) e Louette et al. (2007) compreendem que para medir a relação entre o sucesso econômico e o desempenho ambiental, é fundamental analisar a qualidade da gestão ambiental e humana, por meio de indicadores que favoreçam a tomada de decisões. Indicadores esses que vão além do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais vendidos e comprados dentro de um território durante determinado período, sem distinção entre os que são ou não benéficos para a sociedade.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), elabora e divulga, desde 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para 175 países, com o objetivo de tornar visível, em números, a ideia de desenvolvimento humano, que parte do pressuposto de que, para aferir o avanço de uma população, não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também a ambiental e a social, por influenciarem diretamente a qualidade de vida humana. (LOUETTE et al., 2007).

De acordo com Sachs (2004; 2007), não é de hoje que se questionam o poder e a responsabilidade das empresas diante do contexto em que estão inseridas: muitas práticas sociais, por exemplo, constituem ações filantrópicas ou assistencialistas, enquanto os verdadeiros programas de ordem social são vistos como algo caro ou desnecessário. (NASSIF et al, 2004).

Apesar de a eficiência empresarial continuar sendo avaliada com base na sua

contribuição direta ou indireta para a maximização das atividades do mercado, em nome do capitalismo excludente e para garantir a própria sustentabilidade, as empresas demonstraram negligência e descomprometimento, a exemplo da reprodução de externalidades, representadas por resultados do “mau desenvolvimento”, como poluição e degradação ambiental, comprometimento da qualidade de vida dos trabalhadores, desigualdade social e concentração de renda, desemprego e subemprego, corrupção e fome. (SOUZA, 2000; DALLABRIDA, 2006).

Entretanto, na contemporaneidade, as empresas estão percebendo novas demandas por sustentabilidade e responsabilidade e, por consequência, o apelo dos consumidores por transparência e ética. A partir disso, a atenção do consumidor por empresas que estimam a solução de problemas referentes ao meio ambiente e sua preservação e ao bem-estar da sociedade se tornou uma forte tendência. De certa forma, o mercado atual tem, por si só, imposto às empresas que atendam modelos de gestão voltados a favor da sociedade.

A responsabilidade das empresas compreende um compromisso com a sociedade. Alencastro (2010, p. 135) entende que a responsabilidade abrange “ações que causem impactos positivos no ambiente, que promovam melhoria na qualidade de vida e do bem estar social em conjunto com todos os envolvidos nesse processo, e por meio dessa prática promovam o desenvolvimento sustentável da sociedade”. A responsabilidade não é uma simples vantagem competitiva, ou uma obrigação desvirtuada da função organizacional, ou ainda marketing social para estratégia de responsabilidade social. (PINTO, 2001).

Nessa perspectiva, Levitt (1990) afirma que “[...] dizer que o lucro é o propósito da empresa é simplesmente e moralmente vazio. [...] Se não puder ser discernido ou justificado um objetivo maior, a empresa não pode justificar moralmente sua existência. Essa é uma ideia repugnante, uma ideia cujo tempo já passou”.

Considerando a afirmação de Levitt (1990), o desafio está em estabelecer meios para diferenciar a atuação de uma empresa comprometida com os valores de sustentabilidade e responsabilidade de uma oportunista (ALVES, 2001), que prepondera a racionalidade econômica. Sabe-se que as empresas buscam alcançar padrões de alta performance nos seus processos de trabalho, mas é preciso elaborar novas estratégias, mesmo que pareça utopia. Nesse sentido, Bursztytn (2001, p. 20) reforça que a sustentabilidade “é uma utopia possível e sua construção é plausível porque a crise dos paradigmas que movem o progresso industrialista autoriza a ousadia de se pensar em outro modo de desenvolvimento humano”.

Rattner (1999) atribui fundamental importância para o debate sobre o tipo de sustentabilidade empresarial desejável, a partir do diálogo com os atores sociais locais, buscando visão sistêmica e integrada da realidade local; valorização dos recursos econômicos e não-econômicos locais; ênfase na qualidade de vida como mensuração de desenvolvimento; e articulação permanente do local com as demais instâncias, reconhecendo o caráter dinâmico e de determinação mútua entre os fatores internos e externos que a elas afetam. (LONG, 2007).

3 PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

A proposta do ecodesenvolvimento seria a base para a formulação da noção de desenvolvimento sustentável, lançada como um conceito político no relatório Nosso Futuro Comum. Contudo, essa proposta não venceu as barreiras da gestão setorializada do desenvolvimento, nem reverteu os processos de planejamento e penetração nos domínios do conhecimento estabelecido, pois a resistência à mudança da ordem econômica dissolveu o

potencial crítico e transformador das práticas do ecodesenvolvimento.

Leff (2001), em seu livro “Saber ambiental”, entende que o desenvolvimento sustentável surge com o desuso do discurso do ecodesenvolvimento, no contexto do neoliberalismo. Para esse mesmo autor, o discurso da sustentabilidade leva a lutar por um crescimento sustentado, sem uma avaliação rigorosa da capacidade do sistema econômico de internalizar as condições ecológicas e sociais (de sustentabilidade, equidade, justiça e democracia) desse processo.

Os protocolos e acordos internacionais firmados seguem tendo grandes desafios de implementação, pois o descrédito dos governos e estados como administradores de áreas básicas e a falta de credibilidade dos partidos diminuíram o interesse pelo que é público. No entanto, deseja-se responder os dois questionamentos que motivaram este estudo, que são: (1) Quais as perspectivas de futuro para o meio ambiente e o desenvolvimento? e (2) Que práticas cidadãos são necessárias para implementar uma visão integradora de meio ambiente e desenvolvimento?

De acordo com Latouche (2012), acredita-se que as vantagens do crescimento econômico são inferiores aos custos marginais, ou seja, compramos bens e serviços mercantis, mas esquecemos de deduzir o aumento, superior, das despesas vinculadas (remédios, poluição da água e do ar, poluição sonora, migrações, criminalidade, perda de recursos não renováveis, entre outros).

Não se trata de barrar o crescimento, mas de (re)avaliar a sociedade de crescimento na qual vivemos, dominada por uma economia de crescimento que não considera os limites da biosfera. Isso implica em mudança de concepções, pensamentos e valores e, consequentemente, em outras formas de relacionamento entre os seres vivos. Nela, a sustentabilidade parte de uma sociedade orientada para novo sentido de viver e de trabalhar, de produzir e preservar. (BOFF, 2004).

Para Leonardo Boff (2004), Fritjof Capra (2006), Ignacy Sachs (2004), entre outros autores, profundas mudanças no pensamento e nos modos de vida, a partir da responsabilidade individual e da solidariedade, serão necessárias para haver transformações ecológicas da sociedade. Nessa nova concepção, chamada de visão integradora ou visão ecológica profunda, não há diferenciação entre o homem e a natureza, pois são reconhecidos os valores intrínsecos de todas as espécies e a importância de cada um em seu nível trófico.

Segundo Charkiewicz (1994), a crise ecológica ameaça a sobrevivência humana e, a longo prazo, as reformas ambientais e os sistemas econômicos não serão suficientes para travar a aceleração da destruição do meio ambiente, razão de a crítica estar centrada no antropocentrismo da cultura ocidental, que coloca os seres humanos em posição superior à natureza, dentro de hierarquias de valores.

Aos poucos, a sociedade começa a perceber que o capital natural (meio ambiente) e a qualidade de vida das pessoas (social) devem ser considerados para haver, efetivamente, sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável deve resultar do crescimento econômico, que são os resultados medidos quantitativamente, mas precisa estar acompanhado de melhoria na qualidade de vida, que são os resultados medidos qualitativamente, o que significa melhorar indicadores sociais como pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia. De acordo com Sachs (2004, p. 11): “O verdadeiro desenvolvimento é um crescimento econômico que se traduz em melhorias nos níveis sociais e ambientais”.

Refletir e analisar como foi e como é concebida a complexidade das relações entre

natureza e sociedade permite explicar o modo como produzimos e vivemos. Com a instituição do capitalismo, o antropocentrismo eleva a capacidade do homem de dominar a natureza. Agora, “[...] o sentimento é de que haja necessidade de uma mudança de rumo no desenvolvimento [...], o que irá requerer uma virada paradigmática” (MAY, 1995, p. 239), fundamentada em valores ecocêntricos, isto é, centralizados na Terra, na natureza, no meio ambiente. (BOFF, 2004; CAPRA, 2006).

Não se deseja voltar ao passado, deseja-se mudar os modos de desenvolvimento. Uma economia voltada ao modo de vida sustentável deve ter foco na vida das pessoas e na preservação dos recursos naturais e ser adotada em contraponto à economia do crescimento ilimitado. É preciso fazer da tecnologia uma produtora de bens para todos, capaz de propiciar formas de participação e de controle que escapem da alienação, garantindo uma vida saudável para as atuais e futuras gerações. (BOFF, 2008).

Quando essa percepção de visão de mundo integradora torna-se parte de nossa consciência, emerge uma nova ética - a ética do cuidado. A essência da ética do cuidado é compreender o que Leonardo Boff destaca na contracapa do seu livro “Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra”, ao afirmar que: “Tudo o que existe e vive precisa ser cuidado para continuar a existir e a viver: uma planta, um animal, uma criança, um idoso, o planeta Terra”. (BOFF, 1999, [s.p.]).

Assim, a ética do cuidado exige respeito às diferenças, solidariedade, cordialidade, compaixão, compreensão, participação e diálogo. Logo, a viabilidade de um modo de vida sustentável será possível e factível a partir desses valores universais, ou ainda, de acordo com as palavras de Boff (1999, p. 140), a partir de “[...] uma maneira mais cuidada de ser”, afinal, quando se cuida, se deseja o bem e se pratica o bem.

Diante disso, a sociedade precisa mudar, adotar novos modos de vida que sejam sustentáveis, produzindo o necessário para si e para o ecossistema, tirando da natureza o que ela consegue reproduzir. A partir de novos hábitos e práticas, construir-se-á um modo de vida certamente melhor do que vivenciamos hoje. Conforme Capra (2006, p. 182), a evolução da sociedade está diretamente “[...] ligada a mudanças no sistema de valores que serve de base a todas as suas manifestações”. E complementa: “Uma vez expresso e codificado o conjunto de valores [...], ele constituirá a estrutura das percepções, intuições e opções da sociedade para que haja inovação e adaptação social”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com a preservação do meio ambiente e a construção de um modo de vida sustentável ganha importância no fim dos anos 60 e início dos anos 70, quando surgiram as discussões sobre os problemas globais do planeta. Percebeu-se que os recursos naturais são finitos e encontram-se em vias de saturação. Por isso, a reflexão sobre sustentabilidade expressa a possibilidade de mudanças, levando em conta a inter-relação entre crescimento econômico e desenvolvimento, ou seja, entre justiça social, equilíbrio ambiental e qualidade de vida.

Conforme Latouche (2012), quando questionarmos os conceitos, mudaremos as formas de produzir e as relações de produção; quando mudarmos as estruturas, mudaremos a distribuição dos direitos de uso dos recursos naturais para que todas as pessoas (especialmente as pobres) possam consumir um pouco mais e viver um pouco melhor. Não se trata de impor limites ao crescimento, mas de mudar os modos de desenvolvimento, com foco na vida das pessoas e na preservação dos recursos naturais.

A complexidade que envolve a construção de uma sociedade com visão integradora é imensa. Neste estudo, conseguimos vislumbrar que, entre outras variáveis, ela depende das nossas escolhas, decisões e ações cotidianas. Nesse processo, a participação e o engajamento são fundamentais, pois para que as transformações ocorram em nível planetário é necessário que ocorram também em nível local. Quando houver essa sincronização, conseguiremos mudar as nossas atitudes internas e subjetivas, o nosso “eu profundo”, e tal energia passa a se propagar e atuar em toda a cadeia, mobilizando e transformando a rede de relações de forma integral. Acreditamos que esse é um caminho que nos possibilita minimizar os impactos da ação humana no meio ambiente. Ainda há tempo - precisamos nos conscientizar da necessidade de mudarmos nossos hábitos.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Mário Sérgio Cunha. **Ética empresarial na prática: liderança, gestão e responsabilidade corporativa**. Curitiba: Ibpx, 2010.
- ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. Disponível em: <<http://www.fernandoalmeida.com.br>>. Acesso em: 26 mai. 2014.
- ALVES, L. E. S. Governança e cidadania empresarial. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 78-86, out./dez. 2001.
- BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia, mundialização, espiritualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- _____. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- _____. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- BURSZTYN, Marcel. Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2001.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivo**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CASTORIADIS, C. Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade. In: _____. **As encruzilhadas do labirinto. Os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- CHARKIEWICZ, Eva. Respostas para as crises da ecologia profunda, da ecologia social e do ecofeminismo. In: BRAIDOTTI, Rosi et al. **Mulher, Ambiente e Desenvolvimento sustentável: para uma síntese teórica**. Lisboa. Instituto Piaget: 1994. p. 281.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Nosso Futuro Comum**. Genebra: CMMAD, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>>. Acesso em: 01 mai. 2017.
- CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CEBDS. **Guia de Comunicação e Sustentabilidade**. [S.l.], 2009. Disponível em: <<http://cebds.org.br/publicacoes/guia-de-comunicacao-e-sustentabilidade/#.U5ZeNfmwIUw>>. Acesso em: 01 mai. 2017.
- HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. Criando valor sustentável. **ERA Executivo**, São Paulo, v. 3,

n. 2, p. 66-79, mai./jul. 2004.

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL. Responsabilidade social das empresas. In: DALLABRIDA, Ivan S. **Responsabilidade social empresarial e economia de comunhão**: racionalidade empresarial na construção do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Petrópolis: Instituto Ethos, 2006. Vários autores.

LATOUCHE, Serge. O decrescimento. Por que e como? In: LÉNA, Philippe e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (Orgs.). **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamong, cap. 2, 2012. p. 45-54.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis, RJ: Vozes: PNUMA, 2001.

LEVITT, T. **A imaginação de marketing**. São Paulo: Atlas, 1990.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo**: una perspectiva centrada en el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colegio de San Luis, 2007.

LOUETTE, Anne (Org.). **Indicadores de Nações**: uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade: Gestão do conhecimento. 1. ed. São Paulo: WHH – Willis Harman House, 2007.

MAWHINNEY, Mark. **Desenvolvimento sustentável**: uma introdução ao debate ecológico. São Paulo: Loyola, 2002.

MAY, Peter H. Economia ecológica e o desenvolvimento equitativo no Brasil. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995. p. 235-255.

MUELLER, Charles C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2007.

NASSIF, V. M. J. et al. Afinal, quem é o líder voltado aos princípios do desenvolvimento sustentável. In: XXVIII EnANPAD, Curitiba, 2004. **Anais...** Curitiba, v. 1, 2004.

PANAYOTOU, T. **Mercados verdes**: a economia do desenvolvimento alternativo. Rio de Janeiro: Nórdica, 1994.

PINTO, C. C. Valor ou modismo? O marketing social deve ser um reflexo da personalidade da empresa. **Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa**, São Paulo, nov. 2001.

RATTNER, H. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SATO, Michèle; SANTOS, José Eduardo. **Agenda 21 em sinopse**. Programa de Pós-graduação em ecologia e recursos naturais. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, Renato S. **Entendendo a questão ambiental**: temas de economia, política e gestão o meio ambiente. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, cp. 4, 2000. p. 141-174.

STEAD, J. G.; STEAD, E. Eco-enterprise strategy: standing for sustainability. **Journal of Business Ethics**, [S.l.], v. 24, n. 4, p. 313-329, abr. 2000.

VECCHIATTI, Karin. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24782.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2017.